

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
 CAPÍTULO I ESTRUTURA DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	
1. – MENÇÕES INTRODUTÓRIAS	15
1.1. Conceito de direito processual penal.....	15
1.2. Noção de processo.....	19
 2. – O DIREITO PROCESSUAL PENAL ANGOLANO.....	21
2.1. O processo penal, a Constituição e o direito internacional	21
2.2. O Código de Processo Penal	24
2.3. A legislação avulsa	26
2.4. Estrutura do Código de Processo Penal.....	27
 3. – PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	29
3.1. <i>Relativamente à configuração do processo</i>	30
3.1.1. Princípios da jurisdição e do juiz natural	30
3.1.2. Princípios do acusatório e do inquisitório.....	34
3.1.3. Princípio da igualdade de armas	38
3.1.4. Princípio da defesa	39
3.1.5. Princípio da lealdade processual	40
3.2. <i>Relativamente ao impulso processual</i>	41
3.2.1. Princípio da oficialidade	41
3.2.2. Princípios da legalidade e da oportunidade	43
3.2.3. Princípio da acusação.....	46
3.3. <i>Relativamente ao andamento do processo</i>	50
3.3.1. Princípio do contraditório.....	50
3.3.2. Princípio da investigação	52

3.3.3. Princípios da independência da acção penal e da suficiência do processo penal.....	52
3.3.4. Princípios da celeridade e da economia processuais.....	53
3.4. <i>Relativamente à prova</i>	55
3.4.1. Princípio da presunção de inocência.....	55
3.4.2. Princípio <i>in dubio pro reo</i>	55
3.4.3. Princípio da livre apreciação da prova.....	59
3.4.4. Princípio da verdade material.....	61
3.5. <i>Relativamente à forma</i>	62
3.5.1. Princípio da publicidade.....	62
3.5.2. Princípio da oralidade.....	64
3.5.3. Princípio da imediação.....	65
3.5.4. Princípios da continuidade e da concentração.....	66

4. – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS PROCESSUAIS

PENAIIS	67
4.1. Interpretação.....	68
4.2. Integração.....	69

5. – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO.....

73

6. – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO.....

74

CAPÍTULO II

INTERVENIENTES PROCESSUAIS

1. – ENQUADRAMENTO	79
1.1. Esboço.....	79
1.2. Caracterização.....	80
2. – SUJEITOS PROCESSUAIS	80
2.1. Integração.....	80
2.2. Juiz.....	82
2.3. Ministério Público.....	106
2.4. Arguido.....	119
2.5. Defensor.....	137
2.6. Assistente.....	141

3. – OUTROS INTERVENIENTES PROCESSUAIS	150
3.1. Apresentação.....	150
3.2. Órgãos de polícia criminal.....	150
3.3. Partes civis.....	153

CAPÍTULO III **OS ACTOS PROCESSUAIS**

1. – CONCEITO	165
2. – CLASSIFICAÇÃO	166
3. – REQUISITOS DOS ACTOS PROCESSUAIS	169
3.1. Requisitos e elementos constitutivos.....	169
3.2. Prazos	178
3.3. Comunicação dos actos e respectiva convocação.....	180
3.4. Falta de comparência.....	186
4. – RELEVÂNCIA JURÍDICA (NULIDADES)	188
5. – PUBLICIDADE DOS ACTOS PROCESSUAIS	195
5.1. Considerações prévias	195
5.2. O princípio da publicidade dos actos.....	196
5.3. O princípio do segredo de justiça	206

CAPÍTULO IV **PROVA**

1. – CONSIDERAÇÕES GERAIS E INICIAIS	217
1.1. Enquadramento e definição.....	217
1.2. Prova e probabilidade.....	219
1.3. O princípio da livre apreciação da prova.....	221
2. – OBJECTO DA PROVA	224
3. – MEIOS DE PROVA	227
3.1. Noção e espécies	227

3.2. Prova testemunhal.....	228
3.3. Prova por declarações.....	228
3.4. Prova por acareação	242
3.5. Protecção das Vítimas. Testemunhas e Arguidos Colaboradores.....	243
3.6. Prova por reconhecimento.....	250
3.7. Prova por reconstituição do facto	254
3.8. Prova pericial	256
3.9. Prova documental	265
4. – MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA.....	270
4.1. Noção	270
4.2. Espécies, enumeração.....	272
4.3. Medidas de prevenção e protecção da prova.....	272
4.4. Revistas e buscas.....	273
4.5. Apreensões	281
4.6. Exames	289
4.7. Escutas telefónicas.....	291
4.8. Provas proibidas, provas nulas e provas irregulares	298
4.9. As provas obtidas através dos chamados “homens de confiança”	315
CAPÍTULO V	
MEDIDAS DE COACÇÃO E DE GARANTIA PATRIMONIAL	
1. – CONSIDERAÇÕES GERAIS	329
1.1. Noção	329
1.2. Princípios informadores.....	330
1.3. Pressupostos gerais de aplicação.....	337
1.4. Despacho de aplicação das medidas.....	339
1.5. Violação das obrigações impostas. Revogação, substituição e extinção das medidas de coacção	340
1.6. Espécies de medidas	341
1.7. Competência para a aplicação.....	342
2. – MEDIDAS DE COACÇÃO	356
2.1. Enunciação.....	356
2.2. Regime jurídico.....	356
2.2.1. Termo de identidade e residência	359
2.2.2. Obrigação de apresentação periódica às autoridades.....	360

2.2.3. Proibição ou obrigação de permanência em determinados locais e proibição de contactos	361
2.2.4. Caução	362
2.2.5. Interdição de saída do País.....	363
2.2.6. Prisão preventiva domiciliária	363
2.2.7. Prisão preventiva	364
3. – IMPUGNAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES	372
3.1. Impugnação judicial e Recurso	372
3.2. <i>Habeas Corpus</i>	375
3.3. Utilização simultânea do recurso e do <i>habeas corpus</i> ?	380
4. – INDEMNIZAÇÃO POR PRIVAÇÃO ILEGAL OU INJUSTIFICADA DA LIBERDADE.....	384
4.1. Ideias gerais.....	384
4.2. Modalidades.....	385
5. – MEDIDAS DE GARANTIA PATRIMONIAL.....	392
5.1. Noção	392
5.2. Regime jurídico.....	392
 CAPÍTULO VI	
NOTÍCIA DO CRIME E ACTOS SUBSEQUENTES	
1. – AQUISIÇÃO DA NOTÍCIA DO CRIME.....	397
1.1. Constatação directa do M.º P.º	398
1.2. Transmissão dos órgãos de polícia criminal.....	399
1.3. Denúncia de terceiros	402
2. – MEDIDAS DE PREVENÇÃO E PROTECÇÃO DA PROVA.....	406
2.1. Recolha de indícios factuais e sua salvaguarda.....	408
2.2. Recolha de informações pessoais.....	409
2.3. Protecção de objectos relacionados com o crime.....	413
3. – DETENÇÃO	416
3.1. Detenção em flagrante delito	419
3.2. Detenção fora de flagrante delito.....	421
	809

CAPÍTULO VII

MARCHA DO PROCESSO

1. – INTRODUÇÃO	427
2. – FASES PRELIMINARES.....	428
2.1. Introdução.....	428
2.2. A Instrução Preparatória	428
2.2.1. Estrutura.....	428
2.2.2. Desenvolvimento.....	433
2.2.3. Encerramento da instrução preparatória	439
2.2.4. Decisão final.....	440
2.2.4.1. Arquivamento da instrução preparatória.....	441
2.2.4.2. Suspensão provisória do processo.....	444
2.2.4.3. Acusação.....	451
2.3. A Instrução Contraditória	457
3. – FASES SUBSEQUENTES	471
3.1. A Audiência de julgamento.....	471
3.2. A sentença	519

CAPÍTULO VIII

PROCESSOS ESPECIAIS

1. – PROCESSO SUMÁRIO	545
1.1. Noção e âmbito de aplicação	545
1.2. Procedimento preliminar. Julgamento	547
1.3. Reenvio para a forma comum.....	550
1.4. Recorribilidade	551
2. – PROCESSO DE CONTRAVENÇÕES.....	552
2.1. Âmbito, regime, instrução preparatória.....	555
2.2. Acusação, testemunhas	555
2.3. Julgamento, sentença.....	556
2.4. Recorribilidade, pagamento voluntário.....	557

3. — PROCESSO ABREVIADO	558
3.1. Noção e âmbito de aplicação	558
3.2. Processamento	559
3.3. Julgamento.....	560
3.4. Reenvio para a forma comum.....	561
3.5. Recorribilidade	562
4. — PROCESSOS JULGADOS EM 1.^a INSTÂNCIA NO TRIBUNAL SUPREMO	562
4.1. Âmbito de aplicação. As Relações	562
4.2. Participação criminal e instrução preparatória.....	563
4.3. Instrução contraditória.....	563
4.4. Fase do julgamento.....	564
CAPÍTULO IX	
RECURSOS	
1. — A DECISÃO JUDICIAL E O SEU CONTROLO	567
1.1. Razão de ser dos recursos.....	567
1.2. Constituição, direito internacional e recursos.....	571
1.3. Natureza dos recursos	576
1.4. Defeitos da sentença e forma de correcção.....	576
2. — ESPÉCIES DE RECURSOS.....	580
3. — OS RECURSOS ORDINÁRIOS.....	584
4. — RECURSOS PERANTE AS RELAÇÕES	584
4.1. Quando têm lugar	584
4.2. Poderes de cognição das Relações	585
5. — RECURSOS PERANTE O TRIBUNAL SUPREMO	588
5.1. Quando têm lugar	588
5.2. Poderes de cognição do Tribunal Supremo.....	590
6. — DISCIPLINA DOS RECURSOS ORDINÁRIOS.....	592
6.1. Pressupostos e princípios gerais.....	592
6.1.1. Decisões susceptíveis e decisões insusceptíveis de impugnação	593

6.1.2. Legitimidade e interesse em agir	598
6.1.3. Obrigatoriedade de recurso pelo M.º P.º	607
6.1.4. Modo de recorrer	611
6.1.5. Prazos de interposição	612
6.1.6. Âmbito do recurso	614
6.1.7. Reclamação por não recebimento ou retenção do recurso.....	619
6.1.8. Regime de subida.....	620
6.1.9. Renúncia e desistência do recurso	625
6.1.10. Patrocínio judiciário	626
6.1.11. Tributação	627
6.2. Tramitação unitária dos recursos.....	628
6.2.1. Interposição do recurso	629
6.2.2. Fundamentação.....	630
6.2.2.1. Corpo da fundamentação	631
6.2.2.2. As conclusões da fundamentação	637
6.2.2.3. Renovação da prova.....	640
6.2.3. Actos subsequentes	642
6.2.4. O recurso no tribunal “ad quem” — actos prévios	644
6.2.5. Tramitação.....	645
6.2.5.1. Vista ao M.º P.º	645
6.2.5.2. Exame preliminar do relator	646
6.2.5.3. Julgamento do recurso	648
6.2.6. Deliberação e decisão	653
7. — OS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS.....	656
8. — RECURSOS DE FIXAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.....	657
8.1. Recursos de fixação de jurisprudência propriamente ditos.....	657
8.2. Recursos de decisões proferidas contra jurisprudência obrigatória	670
8.3. Recursos no interesse da unidade do direito.....	673
9. — RECURSOS DE REVISÃO	674
9.1. Ideia e razão de ser	674
9.2. Decisões susceptíveis de revisão	676
9.3. Legitimidade para recorrer.....	677
9.4. Prazo de interposição.....	678
9.5. Fundamentos do recurso.....	678
9.5.1. Falsidade ou nulidade dos meios de prova	679
9.5.2. Dolo de julgamento	682

9.5.3. Inconciliabilidade de decisões.....	683
9.5.4. Descoberta de novos factos ou meios de prova	683
9.5.5. Declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral.....	685
9.6. A questão da desistência do recurso.....	687
9.7. Tramitação	689
9.8. Nova revisão.....	693
10. – RECURSO DE CASSAÇÃO.....	695
10.1. Extensão e fundamentos	695
10.2. Competência para propor ou requerer	696
10.3. Prazo, requisitos do pedido, procedimento.....	697

CAPÍTULO X

EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

1. – REFERÊNCIAS DE CARÁCTER GERAL	705
1.1. Enquadramento	705
1.2. Princípios informadores.....	709
1.3. Decisões exequíveis e decisões inexecuáveis.....	716
1.4. Competências e atribuições em matéria de execução	717
2. – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO.....	720
2.1. Apresentação.....	720
2.2. Regime de execução	723
2.3. Liberdade condicional.....	731
2.4. Prisão em fins-de-semana.....	736
2.5. Pena relativamente indeterminada	738
3. – EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.....	740
4. – EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE E DA ADMOESTAÇÃO.....	746
5. – EXECUÇÃO DA PENA SUSPensa	749
6. – EXECUÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS	755
6.1. Proibição de condução.....	756
6.2. Expulsão do território nacional.....	757

7. – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	762
7.1. Enquadramento	762
7.2. Execução da medida de internamento.....	763
7.3. Revisão e prorrogação do internamento	772
7.4. Liberdade para a prova.....	775
7.5. Execução da pena e da medida de segurança privativa da liberdade	778
7.6. Execução das medidas de segurança não privativas da liberdade	779
8. – EXECUÇÃO DE BENS.....	781
9. – EXECUÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS APLICÁVEIS ÀS PESSOAS COLECTIVAS.....	781
9.1. Publicidade da decisão condenatória	781
9.2. Injunção judiciária.....	783
9.3. Proibição de celebração de contratos.....	784
9.4. Privação do direito a subsídios, subvenções ou incentivos.....	786
9.5. Interdição do exercício de actividades.....	786
9.6. Reabilitação da pessoa colectiva ou entidade equiparada	790
9.7. Encerramento provisório de estabelecimento.....	790
9.8. Encerramento definitivo e reabilitação.....	793
ÍNDICE REMISSIVO POR MATÉRIAS	797

